

Aula 7

A GEOGRAFIA TRADICIONAL: DETERMINISMO, POSSIBILISMO E A GEOGRAFIA REGIONAL

META

Apresentar as correntes do pensamento geográfico no âmbito da Geografia Tradicional.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
identificar as correntes do pensamento geográfico no âmbito da geografia tradicional;
diferenciar as correntes do pensamento geográfico.

PRÉ-REQUISITOS

É recomendável que você releia o conteúdo da Aula 6 para que possa relacioná-lo ao tema a ser tratado nesta aula. Além disso, é fundamental que acesse os sites sugeridos a seguir e efetue a leitura deste material.

http://super.abril.com.br/superarquivo/1988/conteudo_111175.shtml

<http://ube-164.pop.com.br/repositorio/18833/meusite/INcorrentesgeograficas>.

http://super.abril.com.br/superarquivo/1988/conteudo_111175.shtml

Você pode ler também os capítulos 5,6,7 e 8 do livro Geografia: Pequena História Crítica, disponível na plataforma do CESAD.

4526372-Moraes-Carlos-R-GEOGRAFIA-PEQUENA-HISTORIA-CRITICA-PORTUGUES.
pdf (1896KB)

Vera Maria dos Santos

INTRODUÇÃO

Na última aula, apresentei a relação entre a Geografia Tradicional e o Positivismo. Como você pode perceber, a Geografia mudou mais uma vez o seu discurso para se adequar às novas exigências da sociedade, que requeria um saber sistematizado com a possibilidade de afirmar proposições, nos limites de uma linguagem lógica.

Nesta aula, demonstro as principais correntes do pensamento geográfico no âmbito da Geografia Tradicional. Ainda enfatizo nessa demonstração que foi sob a base do Positivismo que surgiram diferentes formas de se interpretar a Geografia. Então, vamos conhecê-las?



La Blache e Ratzel representavam respectivamente as escolas Francesa e Alemã em uma época em que as universidades se fecharam em seus próprios países criando escolas nacionais. Lucien Febvre, historiador francês, em seu livro *A Terra e Evolução do Humana*, criou uma imagem reducionista deste conflito teórico-ideológico, através da criação dos conceitos de escolas geográficas: Determinismo e Possibilismo.

(Fontes: Figura 1 - <http://arphotos.dna.fr>)

Figura 2 - <http://images.portoeditora.pt>)

DESENVOLVIMENTO

A primeira corrente a ser abordada é o Determinismo, que emergiu no final do século XIX e foi o primeiro paradigma a caracterizar a Geografia como ciência. Uma obra que exerceu grande influência nessa discussão foi o trabalho de Charles Darwin denominado “A Origem das Espécies”.

De um modo geral, o Determinismo trabalha com os fatos em toda a sua diversidade e, ao estabelecer relações de causa e efeito, procura primeiramente raciocinar sobre categorias gerais, para somente em seguida chegar aos fatos concretos.

Então, é a partir dos princípios da verificabilidade ou da capacidade de demonstração, da generalidade, ou da condição de abstração e da positividade que a Ciência, em sua forma determinista, se propõe a explicar tudo a partir de uma base lógica. O que não pode ser explicado a partir dessa base deve ser considerado como um desafio a ser alcançado. Convém frisar que o Determinismo não se define apenas como uma metodologia que conduz à verdade, ele se define também como um instrumento de previsão porque, ao antecipar, ou melhor, prever os resultados, permite uma ação no mundo. Assim, considerando essa condição, a ciência deixa de ser espectadora da realidade para se tornar o meio fundamental de intervenção. Com efeito, a legitimidade do Determinismo repousa no fato de que a ciência é justa, objetiva, neutra, racional e irrefutável.

Nesse contexto, a Ciência deve apoiar-se basicamente na realidade empírica e adotar uma linguagem única acerca de fenômenos que independem de juízos de valor, finalidades e interesses, pois dizem respeito à subjetividade que, por sua vez, é em tudo estranha à Ciência. Sendo a subjetividade um empecilho à objetividade, ou seja, à construção do conhecimento científico, o mais seguro é adotar as Ciências Naturais como modelo de cientificidade para análise e interpretação dos fenômenos.

Convém chamar a atenção para o fato de que essa forma de compreender os fenômenos suscitou severas críticas ao Determinismo, uma vez que esse modelo positivo-racionalista, na visão de muitos estudiosos, proporciona uma visão restrita do conhecimento.

Os intelectuais defensores dessa postura científica entenderam que as condições naturais determinam o comportamento do homem, de forma a interferir em sua atuação na sociedade. Assim, a abordagem determinista considera que todo acontecimento ou estado é produto direto de causas externas atuantes.

Quando se fala em Determinismo na Geografia, Ratzel é apontado como a principal referência na vasta bibliografia sobre o tema. Sabemos que sua formação era naturalista e que leu a obra de Darwin, a qual influenciou na definição do Determinismo ratzeliano. Em seu livro *Antropogeografia*, publicado em 1882, definiu o objeto geográfico como o estudo da influência

que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Muitos autores afirmam que com esta obra ele fundou a Geografia Humana. Além disso, foi Ratzel quem elaborou o conceito de “espaço vital”; que seria “uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais”. (MORAES, 1986, p.56). Convém ressaltar também que a Geografia proposta por Ratzel valorizou ainda diversos aspectos, como por exemplo, o elemento humano e as questões referentes à História e ao espaço.

Esse foi um dos caminhos assumidos pela Geografia Determinista que, apoiada na teoria evolucionista de Darwin, fez emergir uma teoria positiva que se aplicaria ao homem, a exemplo do que já havia sido feito com as Ciências Naturais.

A segunda corrente que exponho é o Possibilismo, cuja grande referência é Vidal de La Blache. Sua Geografia deve ser compreendida no âmbito do desenvolvimento histórico da França.

À época, muitos intelectuais manifestaram suas reações às extremas generalizações dos deterministas ambientais. Foi nesse contexto que o Possibilismo se apresentou como uma escola do pensamento geográfico, opondo-se ao Determinismo Ambiental germânico. Essa oposição era definida por uma relação de causa e efeito, ou seja, a natureza determinando a ação humana - e não por um objeto empiricamente identificável.

Os defensores do Possibilismo entendiam que o homem era apresentado como um agente ativo ao invés de passivo, tal qual na visão determinista. Foram liderados por geógrafos franceses, seguidores do historiador Lucien Febvre, e assim “[...] apresentaram um modelo em que o homem percebe o leque de usos alternativos que ele poderia fazer do meio ambiente”, (JOHNSTON, 1986, p. 60). Selecionando, desse modo, aqueles que melhor respondem as suas disposições culturais.

Vidal de La Blache definiu a base do Possibilismo na Geografia, que pressupõe o homem como um ser ativo que não só recebe a influência do meio, mas também atua sobre este, transformando-o. La Blache entendeu que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza e que o homem, nesse processo, procura as soluções para satisfazê-las a partir das condições oferecidas pelo próprio meio. Nessa interação homem-meio, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a realização da ação humana.

A partir dessa premissa, o objeto de estudo da Geografia, nessa concepção, era a superfície da Terra e os fenômenos que aí se produzem. Pautada nesse entendimento, a Geografia deveria integrar os fatos que as outras disciplinas estudam separadamente, por meio de dois caminhos que se complementam e nos levam a perceber a permanente conexão entre os fenômenos. O primeiro, por intermédio das categorias sintéticas utilizadas no discurso vidaliano, e o segundo, por meio da percepção dos fatos, através

de suas manifestações fenomenais e de suas fisionomias.

De acordo com Moraes (1986), na proposta vidalina, o caráter humano da Geografia foi realçado, vinculando todos os estudos geográficos à Geografia Humana, que foi concebida como um estudo da paisagem. Nesse sentido, é preciso perceber que a Geografia vidalina tratou de população, de agrupamento, mas nunca de sociedade; referiu-se a estabelecimentos humanos, não a relações sociais; abordou as técnicas e os instrumentos de trabalho, porém não o processo de produção. Enfim, discutiu a relação homem-natureza sem abordar as relações entre os homens. É por essa razão que a carga naturalista é mantida, apesar do apelo à História contido em sua proposta.

Desse modo, o método incorporava dois aspectos importantes em sua construção científica: a tradição das narrativas de viagens e das descrições regionais.

O conceito de região proposto por La Blache se apresentou na corrente possibilista como um novo conceito da Geografia e ainda se tornou a sua base de investigação. É considerando as formas de civilização, a ação humana e os gêneros de vida que se deve começar a descrição de uma região, visando encontrar a identidade de cada região. Nesse processo de investigação, a descrição é o método recomendado na medida em que representava o “esclarecimento dos fatores responsáveis por cada paisagem. A descrição seletiva dos aspectos mais importantes e de seus movimentos continha já os germes da explicação”. (GOMES, 2007, p. 210). Diante disso, percebemos que na concepção de Vidal não se pode ter um modelo descritivo rígido, e sim um modelo que flexível, que possibilite ao pesquisador a leitura e a indagação das especificidades de cada lugar.

A terceira corrente de pensamento no âmbito da Geografia Tradicional é a Geografia Regional ou o método regional. Esse método é considerado um grande paradigma da Geografia, que se opôs ao Determinismo Ambiental e ao Possibilismo. Nele, a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mas sim por meio da integração e da comparação de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra. “O método regional focaliza, assim, o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou a paisagem regional, mas a sua diferenciação de per si como objeto da geografia”. (CORRÊA, 1986, p 14).

No seio dessa corrente, Richard Hartshorne, geógrafo norte-americano, sugeriu uma separação entre as ciências sistemáticas (nomotéticas) de um lado, e a Geografia e a História (idiográficas) de outro.

A nomotética é considerada sistemática e matematizada, determinaria as leis gerais que expressariam a regularidade dos fenômenos. A idiográfica, empírica-descritiva e histórica, se preocuparia com o único ou singular, com os fatos, com as condições circunstanciais no tempo e no espaço, de modo a compreender a especificidade e individualidade do fenômeno. Apoiadas

nessa distinção, as ciências da natureza são em geral as nomotéticas e as ciências históricas são as idiográficas.

Para Hartshorne, todas as disciplinas “devem fazer apelo aos dois procedimentos - nomotético e idiográfico - a ciência, aliás, costuma proceder do particular ao geral. Ele reconhece, pois, a necessidade de estabelecer esquemas gerais em todos os campos científicos, inclusive na geografia”. (GOMES, 2000, p. 60).

Em sua proposta, esse geógrafo formulou conceitos básicos como: os de área e de integração, ambos referidos ao método, o que respalda a cientificidade da Geografia. “A área seria uma parcela da superfície terrestre, diferenciada pelo observador, que a delimita por seu caráter, isto é, a distingue das demais”. (MORAES, 1986, p. 88). Outra formulação importante de Hartshorne é a noção de região, que representa o campo empírico da observação e o campo das verificações das leis gerais, é também o local, onde se manifesta “o pleno encontro do homem com a cultura, com o ambiente, com a natureza; a região é a materialidade desta inter-relação, é também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza”. (GOMES, 2000, p. 62). Por isso o conceito de região era visto como o conceito capaz de promover a união entre as ciências humanas e as ciências da natureza. É importante frisar que Hartshorne não adotou a região como o objeto da Geografia, uma vez que para ele o mais importante é o método de identificar as diferenciações de área, que resultam de uma integração única de fenômenos heterogêneos.

CONCLUSÃO

De acordo com o tema abordado nesta aula, é possível concluir que são três as principais correntes do pensamento geográfico pertencentes à Geografia Tradicional: Determinismo, Possibilismo e Geografia Regional. Em cada uma delas se esboça uma forma diferenciada de estudar os fenômenos geográficos.



RESUMO

Sob a lente do Positivismo, os geógrafos ergueram os pilares da Geografia Tradicional. Os intelectuais vinculados às correntes determinista, possibilista e do método regional trouxeram um novo discurso para a Geografia, exigindo um saber sistematizado e a possibilidade de afirmar proposições a partir de um certo grau de precisão, nos limites de uma linguagem lógica. Estávamos mais uma vez em busca da cientificidade da Geografia.



ATIVIDADES

1. Cite as principais correntes de pensamento da Geografia Tradicional e estabeleça a diferença entre cada uma delas.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

As correntes de pensamento da Geografia Tradicional estão claramente definidas no texto. Ao fazer uma releitura do seu conteúdo, você encontrará a resposta.



PRÓXIMA AULA

Apresento mais duas correntes do pensamento da geografia: o Neopositivismo e a Crítica Radical.



AUTOAVALIAÇÃO

Agora que você terminou a sua leitura, indique o nível de compreensão deste texto:

Excelente (...)

Bom (...)

Regular (...)

Ruim (...)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Ática, 1987.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciencia em la geografia contemporânea**. Barcelona: Barcanova, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.